

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

André Martins de Castro Lameira

Desindustrialização na América Latina, neoliberalismo e crise do valor

São Paulo
2021

André Martins de Castro Lameira

Desindustrialização na América Latina, neoliberalismo e crise do valor

Trabalho de Graduação Individual em Geografia (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Econômica

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo

2021

RESUMO

LAMEIRA, André. Desindustrialização na América Latina, neoliberalismo e crise do valor. 2021. Trabalho de Graduação Individual em Geografia (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021

Há aproximadamente 50 anos o capitalismo se encontra em uma crise muito profunda, que não pode ser superada dentro das relações de produção capitalistas, e que portanto depende da criação de subterfúgios para evitar o colapso da economia mundial. A América Latina sofreu uma considerável perda econômica nesse período, perdendo grande parte do seu parque industrial, tornando-se refém do endividamento internacional e vivendo uma estagnação da riqueza per capita. O Brasil foi o país mais duramente afetado pela desindustrialização precoce no continente, apresentando graves perdas nos indicadores econômicos relevantes, e o resultado do processo foi uma profunda deterioração social, com a estagnação da renda do brasileiro, desemprego e restrição do trabalho a empregos de baixa produtividade. As medidas macroeconômicas para responder à crise da dívida latino-americana foram as formas imediatas com as quais se produziu a desindustrialização. Porém, a verdadeira causa desse processo de mudança econômica foi a crise do valor em escala global, que exigiu da parte dos monopólios uma política de crise para evitar o colapso do capitalismo. Para isso, a economia dos países periféricos passou a ser utilizada para a criação de capital portador de juros, sustentando dessa forma a sobrevivência dos monopólios imperialistas. Nesse contexto, a industrialização nos países latino-americanos, em especial o Brasil, se encontra obstaculizada pelas necessidades econômicas dos monopólios.

Palavras-chave: Desindustrialização, América Latina, Financeirização, Capitalismo, Indústria, Crise da Dívida, Crise do Valor, Imperialismo

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à professora Maria Eliza Miranda, minha primeira orientadora neste trabalho, falecida em abril de 2020, com quem tive o prazer de trabalhar em pesquisas aplicadas ao ensino de geografia, e que muito me influenciou intelectualmente, me apresentando grandes pensadores e grandes teorias científicas, sempre estimulando uma conduta questionadora e irreverente.

Agradeço muito a meu orientador, Anselmo Alfredo, pela gentileza com que aceitou me orientar e pela ajuda que me ofereceu para que eu concluísse esse trabalho e pudesse encerrar meus estudos de graduação.

Agradeço a meus pais, por todo o apoio que me deram durante minha graduação, e sem o qual não teria sido possível chegar até aqui.

Agradeço à minha namorada, Marina Nunes Dias, pelo incentivo em produzir esse trabalho e em superar minhas limitações organizativas.

Agradeço a todos os amigos, os quais é melhor não enumerar para não cometer injustiças, que foram meus interlocutores durante essa última década, com os quais pude evoluir em minhas ideias e na minha vida.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	5
2 - O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO AFETA TODA A AMÉRICA LATINA.....	6
3 - A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.....	10
3.1 - A situação concreta.....	10
3.2 - As explicações dos economistas.....	13
4 - A CAUSA DA CAUSA.....	19
4.1 - O capital fictício.....	21
4.2 - Imperialismo e capital fictício.....	23
4.3 - A geografia da crise.....	25
4.4 - Capital fictício e desindustrialização brasileira.....	29
5 - CONCLUSÃO: A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL É UMA LUTA ANTICAPITALISTA E ANTI-IMPERIALISTA.....	32
5.1 - A América Latina e as necessidades econômicas do imperialismo norte-americano.....	33
5.2 - O custo social da desindustrialização.....	35
5.3 - A luta pelo desenvolvimento econômico.....	37
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

1 - INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1970, o mundo atravessa uma profunda crise econômica que gerou não só uma estagnação da economia real, como também uma crise social sem precedentes. Em todo o mundo, bilhões de seres humanos são despejados nos bolsões da miséria e da fome, e o nível de vida dos trabalhadores, aqueles que ainda conseguem manter um vínculo com a produção social de riquezas, cai continuamente, sem perspectiva de reversão dentro das atuais relações de produção.

Em meio a essa decadência econômica do capitalismo, vemos um processo peculiar. A indústria, que foi a principal forma de produção no desenvolvimento do capitalismo, diminui cada vez mais sua participação no PIB mundial e dos países, com algumas exceções. Vemos que nos países mais avançados economicamente do mundo, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, a indústria tem diminuído a sua participação no PIB nacional.

Nos países asiáticos industrializados, como China, Taiwan, Singapura e Coreia do Sul, nota-se um significativo aumento da participação da indústria na economia nacional. No entanto, o imperialismo age em dois sentidos no processo. Por um lado, incentiva a industrialização desses países com o afluxo de capital, tanto com objetivos produtivos, em busca da mão de obra barata desses países atrasados, quanto com objetivos geopolíticos, como no caso da Coreia do Sul e sua relação com a Coreia do Norte, China e Japão. Por outro lado, o imperialismo limita ativamente a expansão nacional e internacional desse parque industrial, como podemos ver nas contendas comerciais entre China e Estados Unidos.

Na América Latina, a situação é muito mais dramática. Os três países mais industrializados da região, Brasil, México e Argentina, todos tiveram uma diminuição muito significativa de seu parque industrial e da participação da indústria no PIB. O Brasil é um caso muito preocupante. Em fins da década de 1980, o país possuía um parque industrial completo da 2ª revolução industrial, e a participação da indústria no PIB se aproximava de 30%, situando-se como um dos países atrasados mais industrializados do mundo. Passados 30 anos, o país perdeu mais de 30% de seu parque industrial e a participação da indústria no PIB chega a apenas 9%.

O objetivo deste trabalho é claro, faremos aqui o esforço de responder à pergunta: “o que aconteceu”? Como e por quê a América Latina e o Brasil se desindustrializam? Buscaremos aqui identificar e hierarquizar os elementos do problema da desindustrialização do mundo com enfoque no caso brasileiro, tanto por nosso interesse próximo, por estarmos no Brasil, quanto pela relevância que o caso brasileiro tem para o estudo do problema da desindustrialização.

2 - O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO AFETA TODA A AMÉRICA LATINA

À guisa de introdução do problema, um primeiro passo que se faz necessário é o estabelecimento das formas e determinantes concretas da desindustrialização no Brasil. Para isso, é importante delinear o fenômeno geral da desindustrialização, para então analisar detidamente a forma particular do fenômeno no Brasil. A desindustrialização, como fenômeno geral, afeta tanto os países avançados quanto os países atrasados. No entanto, as causas e consequências da desindustrialização têm uma variação muito grande entre os diferentes países.

As primeiras elaborações teóricas a respeito do problema da desindustrialização identificavam a diminuição relativa da indústria como uma questão das economias desenvolvidas, restrita portanto ao grupo dos países industrializados avançados. Um dos primeiros trabalhos a discutir o problema foi um *Working Paper* do Fundo Monetário Internacional (FMI) datado de 1997. Como argumentam Robert Rowthorn e Ramana Ramaswamy nesse *paper*, a desindustrialização dos países avançados seria um efeito natural do desenvolvimento econômico. À medida em que a sociedade se enriquece com a produção e comercialização dos produtos da indústria de alta tecnologia, há um natural aumento da atividade do setor terciário da economia. Neste caso, a diminuição relativa dos empregos industriais e da participação da indústria no PIB nacional se deve ao aumento dos empregos e da participação do setor de serviços na economia. Segundo os autores, “a desindustrialização não é um fenômeno negativo, mas a consequência natural do dinamismo industrial em uma economia já desenvolvida”. (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997)

No entanto, à medida em que as políticas macroeconômicas impostas aos países atrasados pelo próprio FMI durante a década de 1990 surtiam efeito, ficou evidente que em alguns grupos de países, em especial nos países da América Latina, o processo de desindustrialização também ocorria, e com uma força ainda superior. Logo se percebeu que longe de ser um fenômeno restrito às economias avançadas, a desindustrialização era um fenômeno geral, que impactava sobremaneira as economias atrasadas, em especial as latino-americanas. Ao contrário do que se observava nos países avançados¹, nos países atrasados a desindustrialização tinha um efeito catastrófico sobre as economias nacionais, com a reversão da indústria às atividades primário-extrativistas e com a destruição dos melhores empregos dos países, justamente situados na indústria de transformação.

Enquanto a desindustrialização nos países avançados era interpretada como uma evolução do dinamismo econômico, que incentivava o crescimento do setor de serviços, sendo portanto considerada uma desindustrialização relativa, na América Latina o processo assumiu um caráter de regressão econômica, com o gradativo retorno das atividades primárias ao centro da atividade econômica. Ao processo de desindustrialização nesses países foi dado o nome de “desindustrialização precoce”, com isso indicando que o processo não era uma consequência da evolução natural do desenvolvimento econômico, mas antes uma disfuncionalidade nas economias latino-americanas.

Conforme nos informa Wilson Cano em seu artigo *A desindustrialização no Brasil*, “na América Latina, apenas Argentina, México e Brasil conseguiram instalar um parque industrial expressivo e, deles, somente o Brasil avançou na montagem parcial do setor de bens de capital.” No auge da participação da indústria no PIB nacional desses países, ao final da década de 1970, a indústria de transformação representava cerca de 23% do PIB mexicano, cerca de 25 % do argentino e de 33% do brasileiro. Três décadas depois, após a chamada “década perdida” de 1980 e da “onda neoliberal” de 1990, esses números regrediram a aproximadamente 19% (2010) no México e na Argentina, e a 14,6% (2011) no Brasil. (CANO, 2012) Os três principais países latino-americanos em termos de industrialização sofreram

1 É importante salientar que o próprio diagnóstico inicial do FMI das grandes virtudes do processo de desindustrialização para a economia dos países avançados era, em grande medida, uma ilusão dos bons tempos da “euforia” da globalização. Hoje a discussão sobre o *rusty belt* estado-unidense, fruto direto da chamada política de *offshoring* da indústria daquele país, ocupa um lugar de destaque até mesmo nas campanhas eleitorais majoritárias.

violentamente esse processo de perda do parque industrial e dos empregos na indústria. O crescimento per capita nesses países, indicador muito associado à produtividade da economia, permaneceu praticamente estagnado em níveis de 1980. (BRESSER-PEREIRA, 2020)

Esse recuo na participação da indústria de transformação no PIB dos principais países latino-americanos foi acompanhado por um aumento da dependência dessas economias de atividades econômicas mais primitivas, com destaque para minérios e produtos agrícolas. Segundo dados da CEPAL, houve uma forte regressão e reprimarização da pauta de exportações da América Latina nas últimas décadas. De 1980 a 2000, a participação dos manufaturados nas exportações da região subiu de 17,6% para 58,2%. Em 2010, a participação já era de 47,1%, uma redução de mais de 10% em uma década. (CANO, 2012)

A reestruturação da divisão internacional do trabalho gerou uma grave estagnação e regressão das economias latino-americanas a posições secundárias no mercado mundial. O exuberante crescimento econômico chinês, antes de impulsionar o desenvolvimento da indústria de transformação latino-americana, criou um obstáculo. Enquanto a pauta de importações da China com os Estados Unidos, União Europeia e Ásia envolve produtos de alto valor agregado, as relações econômicas da China com a América Latina baseiam-se na importação de commodities de baixo valor agregado e na exportação de manufaturados. Essa estrutura comercial provou-se danosa para a indústria latino-americana de conjunto, tanto ao reforçar as tendências primário-exportadores e seus males, quanto ao ocupar o espaço dos principais mercados do mundo para manufaturados. (CANO, 2012)

No que tange a produtividade das economias nacionais, podemos recorrer ao PIB per capita para ilustrar o que ocorre na economia mundial. Como essa medida correlaciona a riqueza nacional com a população, é possível ter uma média geral que expresse o avanço ou recuo da produção econômica em razão de uma determinada população nacional. Podemos ver que em 1980 o PIB per capita da Argentina era muito próximo ao dos países avançados, enquanto o brasileiro era pouco mais de 10%. Essa diferença se deve provavelmente à população excluída do mercado consumidor no Brasil, que é muito numerosa. Em vinte anos, o PIB per capita argentino praticamente se encontrava no mesmo patamar de 1980, enquanto

o brasileiro havia aumentado, embora permanecesse uma fração do PIB per capita dos países avançados. Há um aumento geral do indicador em 2010, quando o PIB per capita brasileiro chega a pouco mais de 25% dos países avançados. No entanto, na última década, observa-se uma queda em todos os países latino-americanos, principalmente no Brasil, onde o PIB per capita caiu quase à metade, enquanto o indicador dos países avançados continuou a crescer. Contrastando com isso, a China, que em 1980 tinha um PIB per capita correspondente a apenas 3% dos países avançados, hoje possui um indicador superior aos principais países industrializados da América Latina.

Tabela 1: PIB per capita, em dólares a preços correntes

	1980	1990	2000	2010	2020
Brasil	1 230	3 110	3 770	11 330	6 780
México	3 380	3 450	7 170	9 300	8 420
Argentina	8 360	4 860	8 640	10 410	8 550
China	307	347	951	4 500	10 480
Países Avançados	10 310	20 980	27 820	42 200	47 050

FONTE: FMI Datamapper, disponível em:

<https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>

A industrialização latino-americana foi também incapaz de incorporar mão de obra em uma escala significativa, em especial no Brasil. De 1950 a 1960, enquanto a população urbana cresceu 5,4%, o emprego na manufatura cresceu apenas 2,8%, tendência que foi verificada nos demais países da América Latina. (MORCEIRO, 2018) O descompasso entre o crescimento urbano e a incapacidade da indústria de gerar empregos para acomodar esse crescimento demográfico ressalta o problema do caráter artificial da industrialização dos países atrasados, para onde são transplantadas as indústrias sem que haja um desenvolvimento orgânico das forças produtivas daquela sociedade que corresponda a um determinado nível técnico de produção industrial.

Como pudemos ver, a industrialização latino-americana, que em si já era um processo econômico problemático, passou nas últimas décadas por um profundo retrocesso, um processo de desindustrialização precoce que coloca em uma situação econômica muito difícil a população do subcontinente. Para entender o

desenvolvimento do processo com mais propriedade, passemos à análise do caso brasileiro.

3 – A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O processo acima descrito de forma geral, de desindustrialização e regressão econômica dos países mais industrializados da América Latina, desenvolveu-se no Brasil de forma particular, que iremos analisar adiante. De um modo geral, a regressão brasileira foi ainda mais violenta que a do México e da Argentina, o que a torna um excelente exemplo de quão profundas são as consequências da crise capitalista na América Latina.

3.1 – A situação concreta

De 1930 a 1980, o crescimento econômico brasileiro teve como base fundamental a indústria de transformação. Durante esse período, a atividade industrial teve uma influência determinante sobre a urbanização do país, desenvolvendo as redes de transportes e comunicações, exercendo uma influência direta e indireta sobre o crescimento do setor público, assim como servindo de agente catalisador ao desenvolvimento tanto da agricultura quanto dos serviços. (FAJNZYLBBER, 1983) Os melhores empregos do país também estavam direta ou indiretamente relacionados à atividade industrial, o que proporcionou o aparecimento de uma vasta classe operária no Brasil. (KOVAL, 1982) A partir da década de 1980, ocorre uma profunda reversão desse desenvolvimento, que iremos analisar adiante.

Conquanto a produção manufatureira outrora tenha figurado como principal vetor do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, veremos que com a crise latino-americana tanto o desenvolvimento dessas forças quanto sua importância econômica relativa entram em um profundo processo de estagnação. De 1980 até os dias atuais, o produto manufatureiro brasileiro cresceu em taxas percentuais abaixo do PIB nacional, mantendo-se praticamente no mesmo patamar, no que pode ser caracterizado como uma estagnação estrutural. (MORCEIRO, 2018) No entanto, o termo “estagnação” pode conduzir a interpretações equivocadas, uma vez que o

que ocorre com a indústria nacional é uma verdadeira *regressão* estrutural, como será evidenciado adiante.

Se a situação do produto manufatureiro brasileiro é indício de uma situação de estagnação econômica, a evolução da participação do setor manufatureiro na criação da riqueza nacional não deixa dúvidas quanto a esse respeito. O setor manufatureiro brasileiro, de fato, tem contribuído cada vez menos com o PIB nacional. De 1986 a 2017, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto brasileiro passou de 27,3% para 11,8%, uma queda de 15,5 pontos percentuais, ou uma diminuição de 57% da importância da indústria na composição do PIB nacional. (MORCEIRO, 2018) Vale aqui mencionar que de 1980 a 2017 a população brasileira saltou, segundo dados do IBGE², de 121 150 573 habitantes para 207 660 929, um aumento de aproximadamente 72%.

A relação entre a demografia e o recrudescimento da manufatura brasileira é um dos pontos centrais da crise atual da economia brasileira. A perda do parque industrial, combinada com o crescimento da população, impede que a maioria dos trabalhadores tenham postos de trabalho com boas condições gerais, e empurra a maior parte dessa massa de trabalhadores para um setor de serviços pouco desenvolvido, na medida em que não está vinculado às necessidades da indústria. Os empregos de alta produtividade dos setores primário e manufatureiro teriam se convertido, nas últimas décadas, em empregos de baixa produtividade e pouca qualificação no setor de serviços. Cresce também no período o número daqueles trabalhadores que tornam-se vítimas do desemprego. A produtividade do trabalho, que é uma das características mais importantes para a compreensão do estado das forças produtivas, fica estagnada na medida em que a indústria perde seu papel de relevo na paisagem econômica do país. Entre 1950 e 1979, a produtividade do trabalho apresentou taxas anuais positivas de crescimento. A partir de 1980, o crescimento da produtividade cessa, resultando em uma estagnação de décadas. A renda per capita brasileira, que em 1980 era 12% da renda per capita média dos países avançados, em 2020, era de 14%. Esses dados revelam que a desindustrialização brasileira teve início com um nível muito baixo de renda per capita em comparação ao início desse processo nos países avançados, que se manteve praticamente estagnada desde então, evidenciando o caráter prematuro

2 IBGE: Censo Demográfico 1980; IBGE: Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS

desse processo. Essa estagnação da produtividade do trabalho no Brasil coincide com o desencontro entre a política industrial e as políticas macroeconômicas praticadas no país, especialmente a partir da década de 1990. Tal situação, longe de ser uma particularidade brasileira, pode ser observada como um fenômeno geral de um processo de desindustrialização prematura dos países latino-americanos. (NASSIF; MORANDI; ARAÚJO; FEIJÓ, 2020)

Outro aspecto importante do desenvolvimento das forças produtivas é a questão do desenvolvimento tecnológico. Na medida em que há a incorporação de ciência e tecnologia na produção, há uma evolução técnica da sociedade, o que é um fator progressivo no desenvolvimento das forças produtivas. Na ausência destes fatores, há uma tendência à estagnação social, não apenas econômica, como até mesmo cultural³. Na sociedade contemporânea, há um investimento dedicado às atividades de pesquisa básica e aplicada, em grande parte público - em universidades e institutos - e em alguma medida, privado. O quociente da riqueza nacional investido nesse setor indica o esforço tecnológico de um determinado país. De 2000 a 2015, os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como proporção do PIB permaneceram praticamente inalterados, de 1,05% para 1,28%. Para efeitos de comparação, no ano de 2015 os países da OCDE desembolsaram 2,36% do PIB para essa finalidade, enquanto Estados Unidos, Alemanha, Japão e Coreia do Sul desembolsaram respectivamente 2,74%, 2,92%, 3,28% e 4,22% do PIB com P&D. O esforço tecnológico brasileiro, portanto, está estagnado e muito abaixo daquele praticado nos países avançados. Segundo a pesquisa de inovação tecnológica do IBGE, o nível de inovação da indústria brasileira também encontra-se estagnado. Em uma análise inter-setorial da indústria, verificou-se também que ocorreu nas últimas décadas uma desindustrialização prematura setores intensivos em tecnologia. (MORCEIRO, 2018)

Acompanhando o baixo investimento em pesquisa tecnológica, o investimento direto na indústria brasileira também sofreu uma forte retração nos últimos 40 anos. O investimento doméstico sofreu um forte deslocamento estrutural, com uma redução do montante do investimento de capitais na indústria de transformação e um aumento do aporte de capitais nos setores financeiro, de construção, de negócios imobiliários, da agropecuária e da mineração. Desde a década de 1980 a

3 “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.” (MARX, 1983, p.301)

taxa de investimento na indústria encontra-se deprimida, inclusive de forma agravada após a crise financeira de 2008. A participação brasileira na indústria de transformação mundial decaiu de 2,8% em 1980 para 1,7% em 2010. (CANO, 2012) Fica evidente que a alocação de recursos econômicos na economia brasileira passa para setores primários e especulativos, em detrimento da produção de bens de consumo.

Associada à matriz industrial do país, a pauta de exportações não poderia deixar de acusar a transformação que se operou na economia brasileira. A participação dos manufaturados na pauta de exportações brasileira também regrediu consideravelmente nas últimas décadas. Em 1964, os produtos básicos respondiam por 85,4% das exportações, os semimanufaturados 8% e os manufaturados 6,2%. Em 1995, esses números foram respectivamente de 22,9%, 20,8% e 56,2%. Em 2011, os produtos básicos foram 48,9% das exportações, os semimanufaturados 14,3% e os manufaturados 36,8%. Ou seja, houve uma reprimarização da pauta de exportações brasileira, com a diminuição dos manufaturados e aumento dos produtos básicos.(CANO, 2012)

Em nível mundial, a indústria manufatureira brasileira foi substituída em mercados-chave, como o dos Estados Unidos, pela indústria chinesa. Não só os principais mercados consumidores mundiais, mas o próprio mercado brasileiro foi inundado por produtos importados, tanto bens de consumo como bens de capital. Uma variedade de insumos passou a ser importada, em especial químicos e componentes eletrônicos, afetando as cadeias de valor da indústria brasileira. Isso gerou uma dispersão do investimento na indústria de transformação. Aqui, vemos claramente como a primarização da matriz econômica brasileira causa o colapso de cadeias produtivas inteiras, extinguindo, além das empresas que fabricam os bens de consumo, também as indústrias intermediárias de insumos.

3.2 – As explicações dos economistas

A todos os sintomas de uma profunda debilidade econômica apresentados acima, uma miríade de economistas apresentou variados diagnósticos macroeconômicos. Decerto, não é possível compreender como uma realidade econômica veio a se constituir sem compreender em que sentidos a superestrutura

jurídica e estatal agiu para dirigir a economia de um dado país neste ou naquele sentido. Embora não acreditemos que a causa fundamental dos problemas econômicos em tela resida em decisões governamentais, como pretendemos expor mais adiante, é necessário adentrar, ainda que rapidamente, a seara da crítica aos fundamentos macroeconômicos da crise da indústria de transformação no Brasil. Algumas questões aqui expostas serão retomadas mais adiante sob um outro ângulo.

Com o início da crise da dívida externa dos países latino-americanos, na década de 1980, a tendência ao crescimento das economias latino-americanas observada nas décadas de 1960 e 1970 cessa, dando lugar a uma estagnação e até a uma retração da riqueza nacional em alguns casos. Os regimes políticos da América Latina, em sua maioria ditaduras militares, entram em crise de modo concomitante ao agravamento da crise econômica aberta pelo chamado “choque do petróleo”. Abre-se uma época na América Latina de mudança dos regimes políticos para regimes de tipo democrático. Ao mesmo tempo, esses regimes políticos têm de resolver os problemas econômicos causados pela insolvência dos Estados diante do aumento da taxa de juros e da contração monetária causados pela política do *Federal Reserve System*. Os economistas dirigentes dos organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, propõem aos países em crise uma via de acordo para a flexibilização do pagamento das dívidas e tomada de crédito, sob a condição de que os países implementem um programa que é chamado à época de “reformas estruturais”. Posteriormente, esse processo de negociações será apelidado de Consenso de Washington.

Esse processo, que se aplica de forma geral na América Latina, ocorre no Brasil sob formas particulares. Economistas como Luiz Carlos Bresser-Pereira caracterizam esse processo de adequação da economia nacional brasileira às necessidades do imperialismo tardio como “armadilha da liberalização”. De acordo com ele, a desindustrialização da América Latina deve-se, antes de mais nada, à liberalização comercial e financeira praticada durante as décadas de 1980 e 1990. (BRESSER-PEREIRA, 2020) Essa avaliação se repete, de forma mais ou menos semelhante, nas análises de diversos economistas que se debruçaram sobre o problema da desindustrialização nacional. Essas avaliações contrastam com aquelas dos economistas “convencionais” (isto é, os que defendem o Consenso de

Washington como algo positivo), que sustentam em uma acepção peculiar que o Brasil seria vítima da “armadilha da renda média”, isto é, que a economia nacional seria pouco competitiva no mercado mundial por conta dos altos salários dos trabalhadores. Veremos adiante que tais ideias “convencionais” não se sustentam em pé.

Os autores que buscam compreender o processo de desindustrialização apontam como empecilhos concretos ao desenvolvimento da atividade industrial e, conseqüentemente, da produtividade do trabalho no Brasil, à ortodoxia das políticas monetária, de câmbio e fiscal praticadas sobretudo na década de 1990. Os elementos centrais dessa política responsáveis pela estagnação seriam a tendência de supervalorização da moeda brasileira, reprimarização da cesta de exportação, baixa abertura comercial e altas taxas de juros reais vigentes no período. (NASSIF; MORANDI; ARAÚJO; FEIJÓ, 2020) Buscaremos analisar brevemente esse conjunto de problemas concretos para compreender as formas particulares da desindustrialização brasileira no nível superestrutural.

No ano de 1979, com o “segundo choque do petróleo”, o gigantesco aumento da taxa de juros internacional e recessão nos Estados Unidos, a estratégia de endividamento externo torna-se inviável. O fim da oferta internacional de crédito obrigou o governo brasileiro a recorrer ao endividamento interno, emitindo títulos públicos a curto prazo e a altas taxas de juros. O país entra em um período de inflação fora de controle, passando até mesmo por breves surtos de hiperinflação. Para contornar a crise econômica, em um período de aproximadamente 15 anos, mais de uma dezena de planos econômicos são postos em prática pelo governo brasileiro. O país conheceu uma multiplicidade de táticas de política econômica, como o congelamento de preços, retenção de ativos financeiros, ajustes fiscais, metas monetárias, criação de novas moedas, etc. No entanto, durante os governos de João Figueiredo, José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, a situação econômica e política do Brasil permaneceu convulsiva. (BRESSER-PEREIRA, 1992)

Os efeitos da crise que se estende de 1980 a 1994 foram muito graves para a indústria de transformação brasileira. Um dos principais motores da expansão industrial no Brasil, o investimento público em infraestruturas e em empresas estatais, sofreu uma forte queda. A partir de 1988, inicia-se uma política de redução das tarifas alfandegárias, que se acentuaria bastante até 1992. Durante o governo

Collor, são removidas também boa parte das barreiras não-tarifárias, no processo que ficou conhecido como “abertura comercial”. A inflação, problema mais candente dessa época, também prejudicou a indústria nacional na medida em que inibiu as decisões de investimento. (MORCEIRO, 2018)

No último ano do governo de Itamar Franco foi implementado o Plano Real, que logrou controlar a inflação, introduzindo a estabilidade monetária na economia brasileira. No entanto, apesar de promover a estabilidade macroeconômica, o Plano Real foi também o principal marco do início do principal período de devastação do parque industrial brasileiro. Algumas medidas que já vinham sendo adotadas, principalmente desde o Plano Collor, como as privatizações, redução das tarifas de importação e abertura comercial, aprofundaram-se bastante no governo de Fernando Henrique Cardoso. Em adição a esses aspectos do regime econômico brasileiro da década de 1990, a política de câmbio e a política de juros contribuíram muito para as dificuldades do setor industrial. No fim das contas, o Plano Real produziu no Brasil um ambiente macroeconômico muito hostil à produção industrial e muito favorável à especulação financeira internacional.

Como já mencionado, a partir de 1989, ainda no governo de José Sarney, é introduzida uma política de abertura comercial que se agrava em 1990 com o governo Fernando Collor de Mello e em 1994 com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa política expôs a produção manufatureira brasileira à competição direta com as indústrias mais eficientes do mundo. A desregulação da abertura econômica brasileira se mantém até os dias de hoje, o que, somando-se ao problema do câmbio, reduz drasticamente o nível de proteção da indústria nacional. (CANO, 2012) A consequência dessa abertura foi uma “avalanche” de produtos importados na economia nacional, o que ocasionou a debilidade ou a quebra dos elos de várias cadeias produtivas da indústria brasileira, cujo resultado foi a eliminação tanto de linhas de produção quanto de empresas inteiras. A abertura, por si só, ao eliminar cadeias de produção, inibe o investimento na indústria. Os efeitos dessa abertura comercial também podem se dar na conversão setorial de empresas, como no caso da regressão de empresas industriais para atividades puramente comerciais. (CANO, 2012)

Há ainda um efeito específico da abertura comercial que se revelou extremamente danoso às economias latino-americanas, a chamada doença

holandesa. As tarifas alfandegárias seriam necessárias nos países atrasados para neutralizar a sobreapreciação cambial de longo prazo, em virtude dos preços das commodities, que ciclicamente passam por um aumento generalizado, gerando um grande afluxo de moeda estrangeira. A exportação de commodities, desta forma, gera na economia nacional uma taxa cambial absolutamente impeditiva para a atividade industrial, até mesmo para uma indústria que opere dentro da maior produtividade industrial disponível. Como os países latinoamericanos são exportadores de commodities, é necessária uma barreira tarifária para a importação de produtos manufaturados que viabilize cambialmente a indústria. (BRESSER-PEREIRA, 2020) Nada disso, evidentemente, foi levado em conta nos planos econômicos implementados no período.

A política cambial instaurada no país a partir do Plano Real introduziu a tendência de supervalorização da moeda brasileira. Com essa política, o câmbio funciona como uma âncora dos preços nacionais, sendo utilizado como instrumento de controle inflacionário. O principal efeito da política cambial introduzida com o Plano Real sobre a indústria de transformação foi a perda da competitividade internacional da indústria nacional diante da indústria de outros países. A moeda brasileira entrou em um padrão tanto cíclico quanto crônico de apreciação relativa ao dólar. Um outro efeito adicional dessa taxa de câmbio foi imenso déficit no saldo de transações correntes nas últimas décadas, por conta do aumento do pagamento de rendas e serviços em dólar. A essa forma de anexação do espaço econômico nacional à economia internacional (SANTOS, 2012), soma-se um outro aspecto perverso da valorização do real, a saída de capitais brasileiros para o estrangeiro, dos quais mais de um quarto são aplicados em paraísos fiscais. (CANO, 2012)

Uma parte fundamental do modelo macroeconômico adotado no país na década de 1990 foi a política de altas taxas de juros reais. Esse mecanismo, que será analisado de forma mais ampliada adiante, contrapõe a taxa de lucro, na maioria dos casos em declínio terminal, à taxa de juros, que nos patamares praticados no Brasil garantem ganhos de curto prazo aos especuladores financeiros, levando muitos capitalistas industriais a substituir o eixo das suas atividades da produção às finanças. Por outro lado, taxas de juros elevadas inibem o crédito, o que por fim inibe o investimento na produtividade da indústria, gerando um entrave para o desenvolvimento econômico do país. (CANO, 2012)

Além da abertura comercial, houve também a abertura da “conta de capital”, ou seja, a desregulação completa de qualquer controle de capitais. Não há hoje no Brasil qualquer controle sobre a remessa de lucros e dividendos para o exterior. Pela falta desse mecanismo, o Estado brasileiro também não tem como direcionar o fluxo de investimentos, deixando a economia nacional completamente vulnerável à ação de agentes estrangeiros.

A questão do investimento estrangeiro seria uma importante componente do modelo macroeconômico imposto ao país durante as décadas de 1980 e 1990. Alguns economistas “convencionais” apresentam o investimento estrangeiro no país (para o qual existe uma política de “atração de capitais estrangeiros” baseado na taxa de juros) como um grande ganho para a economia nacional. Como normalmente a análise desse fenômeno é feita sob uma perspectiva geral, do volume e participação no PIB, o investimento estrangeiro aparece como um fato positivo. Porém, uma análise estrutural da taxa de investimento estrangeiro no Brasil demonstra uma realidade preocupante. Deduzidos do fluxo total de capital estrangeiro o investimento em carteira, em títulos privados e na dívida pública, todos com um caráter especulativo, esse investimento muito pouco agrega à produção industrial. (CANO, 2012)

Outra questão fundamental é a das privatizações. A indústria brasileira, em grande parte, se ergueu sobre as bases de uma indústria de base de natureza estatal. Petrobras, Eletrobras, CSN, Vale do Rio Doce, entre outras empresas, foram essenciais para a garantia tanto das necessidades energéticas da indústria de transformação nacional quanto do fornecimento de seus insumos básicos. Essas empresas, além de fornecer esses insumos industriais básicos, foram verdadeiros motores da industrialização no país, tendo um papel ativo no desenvolvimento tecnológico e na organização de cadeias produtivas, agindo como empresas indutoras do desenvolvimento industrial brasileiro. Os governos responsáveis pela implantação do modelo macroeconômico acima descrito, que levou o Brasil à desindustrialização, colocaram como prioridade a privatização das empresas públicas brasileiras e suas infraestruturas. Mais adiante, analisaremos as relações da política de privatização com as necessidades do capitalismo tardio.

Em relação ao investimento em estatais privatizadas, o que se verifica após duas décadas é que não houve investimento nas infraestruturas operadas por essas

empresas, o que cria um gargalo de outro tipo para a industrialização. Uma vez que não há o aumento da oferta, por exemplo, de energia elétrica por conta da privatização do setor, o aumento do parque industrial é simplesmente impossibilitado. Por conta das necessidades do imperialismo, o Brasil, ao invés de exportar aço ou alumínio, exporta minério bruto, uma vez que a privatização das empresas impede que o país tenha controle sobre sua política de exportações. A privatização, portanto, acentua o processo de desindustrialização de várias formas, ao criar gargalos energéticos, ao restringir a oferta interna de insumos, ao elevar os custos de produção e ao reprimirizar a pauta de exportações.

Cumpramos notar que a situação de desindustrialização do Brasil não só se manteve, como também se agravou, a despeito do governo priorizar a política industrial ou não. Durante os governos da década de 1990 (Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso), a política industrial não figurou como prioridade no conjunto de medidas econômicas. Já nos governos do Partido dos Trabalhadores (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff - 2003-2016), a política industrial recebeu uma grande atenção, inclusive com políticas industriais progressivamente complexas. Isso, no entanto, não impediu que o problema da indústria de transformação brasileira se agravasse de modo geral. (NASSIF; BRESSER; FEIJÓ, 2017)

Como pudemos ver, a desindustrialização brasileira não somente é um fato, como é um fato de enorme gravidade. O problema afeta de múltiplas formas a economia nacional, gerando uma situação extremamente problemática para a sociedade brasileira. A desindustrialização é um processo desencadeado pelas consequências da crise da economia mundial iniciada em meados da década de 1970, e produziu no Brasil durante décadas uma série de medidas governamentais que estabeleceram um regime macroeconômico anti-indústria e pró-especulação financeira.

4 – A CAUSA DA CAUSA: UMA ANÁLISE MARXISTA

Até aqui, demonstramos que a desindustrialização é um fato que afeta profundamente as economias latino-americanas, em especial a brasileira. No Brasil, houve uma estagnação do crescimento per capita por conta do processo de

desindustrialização prematura, com sérias consequências para o emprego, tecnologia, renda, entre outras esferas centrais da vida econômica nacional. Demonstramos aqui também as causas políticas e macroeconômicas da desindustrialização. As políticas neoliberais, adotadas sobretudo na década de 1990, geraram uma configuração da taxa de juros, do câmbio, das taxas alfandegárias, das contas nacionais, do capital estatal, etc., que simplesmente inviabilizam a indústria de transformação no Brasil. No entanto, apesar de toda a nossa exposição, segue sem resposta a pergunta central: por que todo esse processo político e econômico ocorreu? Quais são as causas primárias da desindustrialização?

É nesse ponto que nossa análise diverge do esquema geral das análises trazidas à luz anteriormente. Se nossos economistas delinearam de forma clara os parâmetros macroeconômicos da crise e suas origens políticas, decerto ignoram a força motriz da desindustrialização em seu aspecto mais essencial. O problema em tela apresenta-se, a alguns dos nossos economistas, como um capricho do pensamento. É nesse sentido que Fernando Fajnzylber escreve que já na década de 1970 verificava-se a ascensão de uma corrente de pensamento que atribuía as causas da crise capitalista aos “excessos da democracia”⁴, à “intervenção excessiva do estado na economia”, às “pressões irresponsáveis” exercidas por grupos representantes dos setores produtivos “atrasados”, regiões “menos favorecidas” e estratos sociais “ineficientes” e às “paroquiais pressões nacionalistas”. (FAJNZYLBBER, 1983) Tudo muito correto, do ponto de vista do movimento geral das ideias. Porém, apresentado dessa forma, o problema parece ser uma concepção equivocada da política e da economia, passível de ser corrigida através de um vigoroso debate acadêmico, quando na verdade essas ideias são o epifenômeno de uma crise material.

Ao contrário do que buscam defender nossos economistas, não foram as ideias neoliberais - nessa acepção, uma espécie de “equivoco intelectual” - que acabaram por produzir o fenômeno da desindustrialização precoce na América Latina. Foi antes a realidade econômica, de aprofundamento de uma crise capitalista sistêmica, que suscitou o surgimento dessas ideias. Como defende Plekhanov, as ideias são o fruto das condições materiais de uma determinada sociedade, do estado de desenvolvimento suas forças produtivas. (PLEKHANOV, 1987 a, p. 199)

4 A esse respeito, vale a leitura do relatório da Comissão Trilateral “The crisis of democracy”.

As ideias dos “economistas convencionais” respondem, portanto, a uma necessidade econômica. Neste sentido, seria um esforço pela metade a tentativa de determinar o fenômeno da desindustrialização brasileira e latino-americana sem compreender a necessidade econômica que constitui a força motriz do processo.

4.1 – O capital fictício

O capitalismo se desenvolveu como uma força libertadora das forças produtivas até aproximadamente a década de 1870. A partir daí, iniciou-se uma degeneração do capitalismo enquanto modo de produção capaz de desenvolver as forças produtivas. Os economistas liberais, que haviam descrito o livre mercado, a livre concorrência, a pequena unidade de produção como elementos centrais do modo de produção capitalista, não podiam mais retratar fidedignamente as feições do capitalismo. Em princípios do século XX, o capitalismo entraria em uma crise permanente, baseando-se em forças contraditórias às do capitalismo original, como os monopólios e o capital financeiro, numa fase histórica que Vladimir Lenin chamou de imperialismo. (LENIN, 1982) O imperialismo tem sido uma época de grandes conflitos sociais e catástrofes, dentre as quais sobressaem as duas guerras mundiais.

Uma das principais componentes do imperialismo, que exploraremos adiante, é o chamado capital portador de juros, mais conhecido como capital fictício. Segundo Marx, no capítulo 29 do volume III d'O Capital, haveria duas formas do capital que se “incorporariam” na moeda: o capital monetário, que seria uma forma transitória do capital-mercadoria e do capital produtivo; e o que ele chama de *moneyed capital*, um capital portador de juros. Esse capital portador de juros teria uma natureza ilusória, fictícia, que seria mantida tão e somente enquanto persistisse a dívida que lhe deu origem, isto é, na oposição ao desembolso do montante principal. O capital fictício, portanto, é uma ilusão que se sustenta enquanto pagamento dos juros, mas que desaparece uma vez liquidada a dívida original. (MARX, 2017) Nas palavras do próprio Marx:

A forma de capital portador de juros é responsável pelo fato de que cada rendimento determinado e regular em dinheiro apareça como juros de algum capital, provenha ele de um capital ou não. O

rendimento monetário é primeiro convertido em juros, e com os juros se encontra logo o capital do qual ele nasce. Do mesmo modo, o capital portador de juros faz com que toda soma de valor apareça como capital, desde que não seja desembolsada como renda; a saber, como montante principal (*principal*) em oposição aos juros possíveis ou reais que ele pode render. (...) A cada ano, o Estado precisa pagar a seus credores determinada quantidade de juros pelo capital que lhe emprestam. Nesse caso, o credor não pode reclamar a seu devedor a devolução do dinheiro emprestado, mas simplesmente vender a outro o crédito, ou seja, seu título de propriedade sobre ele. O próprio capital foi consumido, gasto pelo Estado. Ele deixou de existir. (...) Porém, o capital, do qual o pagamento pelo Estado é considerado um fruto (juros), é, em todos esses casos, ilusório, fictício. A soma que foi emprestada ao Estado já não existe. Além disso, ela jamais se destinou a ser gasta, investida como capital, e apenas seu investimento como capital poderia tê-la convertido num valor que se conserva. Para o credor original A, a parte dos impostos anuais que lhe cabe representa os juros de seu capital, do mesmo modo que para o usurário a parte que lhe cabe do patrimônio do pródigo, embora em nenhum desses casos a soma de dinheiro emprestada tenha sido despendida como capital. (...) Não importa quantas vezes se possam repetir essas transações, o capital da dívida pública continua a ser puramente fictício, e a partir do momento em que os títulos da dívida deixam de ser vendáveis se desfaz a aparência ilusória desse capital. Apesar disso, esse capital fictício tem seu próprio movimento, como veremos adiante. (MARX, 2017, pp. 522-523)

Na época de Marx, que era a época áurea do capitalismo, o capital fictício já existia como produto derivado do próprio funcionamento do mercado capitalista. No entanto, embora a atividade bancária e especulativa já existisse e produzisse esse capital portador de juros, o lugar que esse capital ocupava no esquema geral do capitalismo era acessório, pois a grande fonte de acumulação capitalista era a produção do valor. No entanto, com o passar do tempo, a lei do valor contém em si uma tendência que gera uma crise da economia capitalista, à qual podemos chamar de crise do valor. Basicamente, na composição orgânica do capital, o desenvolvimento técnico-científico acaba por aumentar a produtividade do trabalho, isto é, aumenta a participação orgânica do capital constante. No entanto, esse aumento particular, individual da lucratividade gera ao mesmo tempo uma redução da lucratividade geral, social. Isto é, o capitalismo contém em si a tendência à queda da taxa de lucro, o que gera a crise do valor, e portanto, logicamente, gera a crise de todo o modo de produção capitalista. (MARX, 2017) O capital fictício, que não é verdadeiramente capital, assumirá a função de compensar essa tendência de queda da lucratividade e evitar a falência generalizada das empresas capitalistas. Em

termos históricos, essa crise vai se manifestar abertamente, como veremos, a partir do início do século XX, e assumirá contornos cada vez mais dramáticos.

4.2 – Imperialismo e capital fictício

A grande catástrofe das guerras mundiais foi responsável por uma grande destruição de capital real e fictício. Tanto as bombas quanto a quebra das bolsas de valores e crises bancárias foram capazes de reduzir grande parte do capital acumulado até então a pó. À catástrofe produzida, seguiu um esforço para reacumular o capital perdido. Nos 50 anos que sucederam o término da Segunda Guerra Mundial, os mercados financeiros de diversas partes do planeta foram paulatinamente integrados em um espaço único e hierarquizado, onde o capital portador de juros (também chamado de capital fictício) poderia transitar sem maiores restrições de cunho nacional, na medida em que os controles de capitais foram removidos nos diversos países. (CHESNAIS, 2016)

O processo de reacumulação de capital fictício não teria prosperado na medida em que prosperou sem o mecanismo da dívida pública. Já na década de 1820, quando da emancipação política da América do Sul, um interessante fenômeno foi notado na *City* londrina: os diversos países sul-americanos tomavam empréstimos junto aos bancos londrinos para financiar o consumo de produtos industriais, bens de capital e a construção de ferrovias. O que aparecia como um contrassenso aos observadores da época (o capital inglês ser utilizado por países estrangeiros para adquirir produtos ingleses) fazia sentido na medida em que cada empréstimo continha um elemento de usura, que haveria de ser pago pela economia dos países estrangeiros, inclusive por setores não-capitalistas. Desta forma, os “empréstimos internacionais” cumpriam a função de converter o dinheiro de setores não-capitalistas em capital, transformavam capital monetário em capital produtivo através da ação do estado e transferiam capital acumulado dos países avançados para os países atrasados. (LUXEMBURG, 2003) A evolução dos empréstimos internacionais, passando pelo surto de empréstimos ingleses da década de 1870, chegando até os empréstimos contemporâneos do FMI, é a evolução de uma importante ferramenta de dominação imperialista e de acumulação capitalista, em especial do capital portador de juros (capital fictício). Uma modalidade perversa dos

empréstimos internacionais que iremos analisar logo adiante é a “armadilha da dívida” (*debt trap*), que consiste em conceder empréstimos a juros baixos e logo em seguida aumentar vertiginosamente a taxa de juros, levando o tomador do empréstimo à falência. Essa “armadilha” foi utilizada contra os países atrasados pelos países imperialistas e figura, portanto, entre os principais mecanismos do capitalismo tardio para viabilizar a “fuga da catástrofe”. (CHESNAIS, 2016) (KURZ, 1993)

O início da “crise do terceiro mundo”, como a chama Chesnais, se dá, segundo ele, em 1982, com a incapacidade do México de rolar a dívida nacional em razão da alta das taxas de juros provocada pela política do *Federal Reserve Bank*. De um dia para o outro, o país, que figurava na praça como “credor líquido”, passou a “devedor insolvente”. Em variados graus, essa experiência se reproduziu em todos os países latino-americanos. Na expressão do autor, “a armadilha se fechou”. (CHESNAIS, 2016, p.54) As consequências desses empréstimos internacionais foram muito maiores do que os fluxos financeiros da América Latina para os centros imperialistas, como descritos acima por Rosa Luxemburgo. A pior consequência, na verdade, foi a verdadeira “chantagem econômica” promovida pelos organismos internacionais de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), que exigia dos países falidos “ajustes estruturais” em troca de um “socorro financeiro”, “ajustes” cujas consequências diretas na economia brasileira analisamos no capítulo anterior.

Os fluxos financeiros dos países latino-americanos aos Estados Unidos durante a década de 1980, em decorrência das altas taxas de juros, possibilitaram a adoção de uma política fiscal expansionista não-inflacionária nesse país, o que foi uma tendência essencial para debelar a profunda crise econômica que levou os Estados Unidos à recessão entre 1981-83. Desta forma, a recuperação econômica no centro do imperialismo foi custeada pelo profundo agravamento da crise econômica na América Latina. Como podemos ver, neste momento da história o capital portador de juros não mais figura como um setor “adicional” da economia, mas já atua como sustentáculo da economia do mais importante país do mundo.

4.3 – A geografia da crise

Como demonstramos, a situação econômica mundial dependia, já em 1980, da financeirização dos ativos econômicos, isto é, da conversão de toda forma de capital em capital portador de juros. Mas essa financeirização, embora tenha permeado todo o globo terrestre, principalmente a partir de 1991, com o colapso soviético, certamente não é uma operação que se dá geograficamente de forma homogênea. É importante estabelecer a geografia do processo de financeirização mundial para então determinar a influência desse processo sobre a desindustrialização dos países periféricos, como são os países da América Latina.

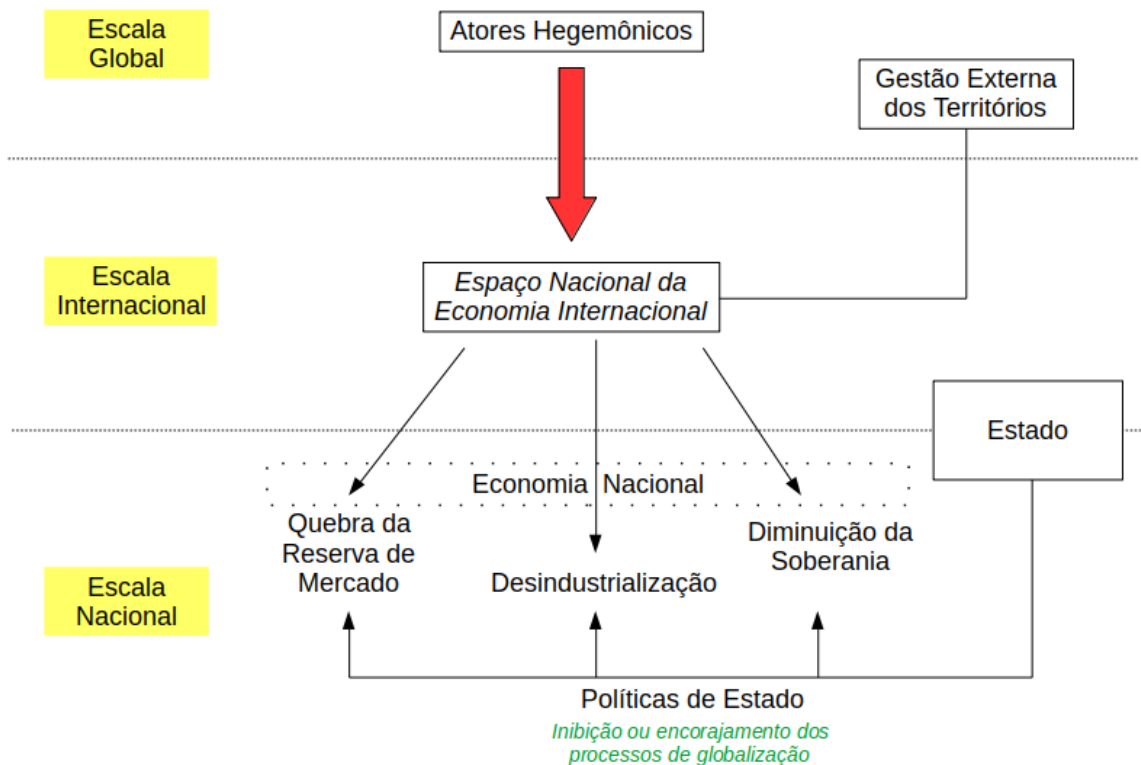
Conforme explica François Chesnais, a globalização não é senão o ato final da construção do mercado mundial. (CHESNAIS, 2016) Essa conexão do espaço econômico de todos os países do globo em um sistema informático transnacional, o qual a imprensa venal simplesmente denomina “mercado”, é a constituição de centros decisórios localizados nos principais países imperialistas (EUA, UE e Japão) capazes de realizar a gestão externa dos territórios. O processo de construção do atual mercado mundial foi em grande parte uma demolição das barreiras tarifárias e não-tarifárias nacionais, com a criação de um “espaço nacional da economia internacional” na maior parte dos países. (SANTOS, 2003) Todo esse processo tem como “impulso vital” a necessidade dos monopólios de realizar a “fuga da catástrofe”, isto é, evitar de todos os modos a falência dos monopólios pela crise do valor. Mesmo com a exploração do trabalho em níveis escorchantes, o crescimento da economia mundial tem sido, no melhor dos casos, medíocre, o que indica a tremenda dificuldade da acumulação capitalista em nossa época. Vivemos em meio a uma crise de sobre-acumulação, superprodução e cadentes taxas de lucro. As dificuldades de realização do ciclo capitalista nos leva a um cenário de intensiva competição, exploração do trabalho e dos recursos naturais. Neste cenário, o capital fictício ocupou o lugar central da economia contemporânea pela sua propriedade de, através dos juros, permitir a continuidade da acumulação capitalista, e desta forma preservar as relações de produção.

Embora uma das características fundamentais do modo capitalista de produção seja a anarquia, o imperialismo assenta sobre as bases de uma profunda concentração bancária, que possibilita uma centralidade técnica capaz de agregar

uma quantidade ímpar de informação econômica. Não seria nenhuma novidade afirmar que os bancos na época imperialista são verdadeiros centros de controle, o sistema nervoso central da economia capitalista. Esse sistema financeiro mundial, altamente concentrado e monopolizado, é gerido em alguns grupos que reúnem os maiores capitalistas de todo o mundo, de todos os ramos da indústria, em uma coordenação da ação política e econômica. Lenin, já em 1916, escrevia sobre o controle que os bancos exercem sobre a sociedade capitalista:

(...) um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições – por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc. (LENIN, 1982, p.601)

Figura 1 – Esquema das cadeias de controle econômico no planeta



É muito famosa a frase no manifesto do partido comunista que estabelece que “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. (MARX; ENGELS, 2010, p. 42) Na época de Marx, que era a época da ascensão da burguesia enquanto classe dominante e revolucionária, certamente a organização da gestão dos negócios se dava em nível nacional. Porém, na época imperialista, a escala da gestão dos “negócios comuns de toda a classe burguesa” se amplia, até, como defende Chesnais, constituir um verdadeiro mercado mundial, abrangendo toda a escala do globo. Isso implica que o exercício do poder da classe capitalista sofre uma fundamental mudança de *escala*. Esse poder exercido pelos monopólios sobre a sociedade capitalista evidentemente não é descoordenado, e no curso do século XX, constituíram-se fóruns decisórios de caráter global. Decisões sobre a economia mundial são tomadas em fóruns tais como o *Council on Foreign Relations*, *Trilateral Commission*, *Club of Rome*, *Bilderberg Group*, *World Economic Forum*, entre outros organismos supranacionais de coordenação da alta burguesia mundial. Não é do escopo deste trabalho analisar essa organização global, mas aqui basta mencionar algumas linhas da conclusão a que chegou René Armand Dreifuss em seus estudos:

A ação política das classes dominantes extravasa o âmbito nacional e – o que é mais importante – o faz não somente através dos seus aparelhos de estado nacional, mas pela viabilização de seu poder classista supranacional, através de articulações transnacionais proporcionadas pela densa rede organizacional de elites orgânicas existentes, tanto nos países “centrais” como nos “periféricos”. (DREIFUSS, 1987, p.266)

Essa distinção é importante para colocar a escala internacional da crise capitalista, isto é, o problema dos países centrais e periféricos, sob a perspectiva de que não se trata simplesmente de uma dualidade entre países avançados e atrasados, entre países opressores e oprimidos, entre países ricos e países pobres, mas que se trata de uma totalidade que extrapola em muito o choque entre nacionalidades. Os estados nacionais, nesse sentido, estão acossados por um poder supranacional, o imperialismo, que tanto nos países centrais como nos países periféricos impõe as necessidades capitalistas sobre o que seria o “interesse nacional”. A medida em que os estados estarão sujeitos ao comando central do imperialismo e a medida em que as políticas de estado serão pró-imperialistas ou

resistirão à pressão estrangeira dependerá da luta política em cada país e do caráter particular de cada estado nacional. De qualquer forma, no quesito *funcional*, a hierarquização entre os países centrais e os periféricos é muito real.

As desigualdades econômicas entre os diversos países, os centrais e os periféricos, decerto são tanto causa como posteriormente consequência de uma situação de hierarquização das cadeias produtivas e dos fluxos financeiros. É sabido que as decisões sobre a economia mundial não são tomadas na Bolívia ou no Iraque, mas sim nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Assim, um país como a Alemanha pode ter um superavit comercial baseado na exportação de produtos com alta tecnologia agregada, enquanto o Brasil exporta minério de ferro e soja. Isso não se deve, evidentemente, a uma determinada “receita” macroeconômica, como parecem acreditar certos economistas. Isso se deve, isso sim, à história do desenvolvimento das forças produtivas, indissociável da história das técnicas. Os países centrais, pela sua história, são os núcleos de acumulação capitalista, enquanto os países periféricos são a área marginal da qual o centro se apropria para viabilizar a acumulação. Há nisso uma totalidade do espaço econômico mundial, um internacionalismo do problema do modo de produção capitalista, da relação de necessidade que existe entre a exportação brasileira de minério de ferro e a exportação manufatureira alemã, entre as privatizações da infraestrutura brasileira e a especulação na bolsa de Nova Iorque. Na verdade, as economias dos diversos países não estão submetidas às necessidades nacionais, e sim às necessidades do capitalismo mundial, e a regulação e gestão dessas necessidades é operada pelo imperialismo, que é uma espécie de regime político mundial.

Enquanto os países avançados, que ocupam o centro do sistema de trocas, geralmente são beneficiados economicamente pela política imperialista, os países atrasados, situados na periferia, só podem avançar economicamente na medida em que estabeleçam algum tipo de antagonismo político com o imperialismo. Embora o imperialismo não seja uma força propriamente “nacional” e nem mesmo “internacional”, sendo mais corretamente situado como uma força em escala “global” ou “planetária”, determinados países são verdadeiras fortalezas econômicas do imperialismo. É assim que os Estados Unidos agem como principal vetor da política imperialista no mundo, seja no campo econômico, seja no campo militar e

diplomático. A política externa dos Estados Unidos e demais países imperialistas não é uma política “nacional”, mas sim a política dos monopólios, destinada a garantir os interesses da classe capitalista e a evitar o colapso do capitalismo a todo custo, mesmo que para isso tenha que sacrificar os interesses de vastos setores das populações dos próprios países imperialistas.

Hoje, o profundo estresse do sistema de crédito no mundo, levado a limites extremos pelas políticas de hiper-liquidez (*quantitative easing*) praticadas pelos principais bancos centrais do globo após o colapso financeiro de 2007-2009, dá a tônica do ponto de deterioração a que chegou o capitalismo mundial. Enquanto a produção real de riquezas não é mais capaz de manter a economia mundial funcionando sob as atuais relações de produção, o sistema financeiro mundial deixa dúvidas quanto à sua capacidade de evitar que as contradições crescentes na economia mundial extrapolem para eventos catastróficos. Quando os mercados financeiros entram em colapso, a natureza fictícia do capital portador de juros se desvela em toda a sua crueza. Do ponto de vista do especulador, detentor de títulos, letras de crédito e ações, no momento do colapso do mercado financeiro, sua riqueza se reduz a pó. Do ponto de vista do trabalhador comum, esse momento é o anúncio de dias de carestia, desemprego e agudas dificuldades materiais.

Seja como for, o capitalismo não tem outra via de se manter de pé a não ser pelo aprofundamento da geração de capital portador de juros. Isso fica explícito na famosa consigna “*there’s no alternative*” utilizada por Margaret Thatcher ao dar início à política de financeirização da economia nacional do Reino Unido. Nos dias atuais, a submissão dos países periféricos, sobretudo da Ásia e da América Latina, a determinados regimes macroeconômicos é um fundamento para a viabilização de economias que sejam verdadeiras máquinas de produtos financeiros,

4.4 – Capital fictício e desindustrialização brasileira

Agora podemos ver claramente, sob esta nova luz, que as políticas de câmbio, juros, de controle inflacionário e de gestão da dívida pública adotadas na América Latina e especificamente no Brasil não foram obra de economistas filiados a escolas de pensamento equivocadas, como creem nossos economistas keynesianos. Foram os agentes políticos do capital introduzindo, através da

superestrutura, os mecanismos econômicos necessários para garantir a sobrevivência dos monopólios. Como escreve Plekhanov sobre a ação dos indivíduos em determinado sentido, “há nisso uma necessidade histórica. O ‘discípulo’ é um dos instrumentos dessa necessidade e não pode deixar de ser o seu instrumento, tanto devido à sua situação na sociedade como por efeito do caráter intelectual e moral criado por essa situação.” (PLEKHANOV, 1987 b, p. 321) Os indivíduos nada mais fazem senão cumprir os papéis exigidos pela necessidade histórica, sem que tenham controle, em última instância, sobre o sentido de suas próprias ações.

A financeirização da economia mundial em grande medida só se viabilizou porque a América Latina e a Ásia foram integradas nesse sistema econômico mundial nas décadas de 1980 e 1990 através da imposição imperialista de medidas macroeconômicas que se revelaram extremamente danosas às economias nacionais, em especial às economias da América Latina. (CHESNAIS, 2016) A política de juros, de câmbio, a inflação crônica verificada na década de 1980, todas as consequências dos “ajustes estruturais” assumem desta forma um novo significado. Os interesses globais e de longo prazo da classe capitalista se impõem sobre os interesses específicos deste ou daquele determinado país. Assim, a necessidade de criação de capital fictício para evitar a catástrofe econômica à qual o capitalismo está destinado exige que certos países se transformem em fonte de ativos financeiros, seja através de privatizações, seja através da conversão do espaço econômico nacional em plataformas especulativas. A política neoliberal, em grande medida, consiste em anexar fundos bancários, como a previdência social, empresas públicas e tudo o mais que for possível ao controle político do capital financeiro para sustentar a criação do capital portador de juros.

Neste sentido, a abertura do espaço econômico brasileiro para as operações irrestritas do imperialismo colocou em xeque a capacidade nacional de desenvolvimento de uma indústria de transformação. Na medida em que os mecanismos de controle econômico foram removidos, a gestão da economia brasileira deixou em grande medida de estar a cargo do governo nacional, sendo realizada a partir do exterior, sobretudo a partir dos Estados Unidos da América. No processo de reorganização das cadeias produtivas que tem se processado nesta época que até há pouco se chamava globalização, o imperialismo centraliza as

decisões econômicas e decide de forma unilateral o que deverá ser produzido e quais devem ser os parâmetros macroeconômicos da economia nacional.

As atividades estimuladas na economia brasileira são, deste modo, as atividades que cumprem com as necessidades gerais do capitalismo mundial, isto é, com a necessidade de criação de capital fictício. Podemos dar dois exemplos ilustrativos: a produção de commodities primárias, como a soja, que na economia brasileira veio a substituir a produção manufatureira na pauta de exportações, está ligada à especulação de futuros na bolsa de Chicago. A Petrobras, em sua existência nos mercados financeiros, é controlada da bolsa de Nova Iorque, e tem sua política de preços definida não de acordo com as necessidades sociais, mas com as necessidades dos acionistas estrangeiros. Inúmeros outros exemplos poderiam demonstrar a mesma ideia: a função da economia brasileira para o imperialismo não é a de suprir as necessidades materiais da população brasileira, mas sim de conectar-se ao mercado financeiro para viabilizar cada vez mais capital portador de juros. O custo social dessa operação só adquire importância na medida em que a crise social ameaça a derrubada do regime político pró-imperialista.

A própria classe dos capitalistas industriais brasileiros, em sua fraqueza diante da classe capitalista imperialista, se adapta a essa situação. Os associados da FIESP hoje são muito mais especuladores da bolsa do que propriamente industriais. (GAULARD, 2010) Isso seria um forte indício de que a atividade especulativa nas condições atuais da economia brasileira seria muito mais lucrativa que a atividade industrial. Na medida em que a indústria não é mais uma atividade capaz de produzir grandes lucros, os industriais buscam essa “lucratividade perdida” no setor financeiro. Desta forma, a financeirização seria um efeito da queda da lucratividade da indústria. (GAULARD, 2010) E a queda da lucratividade da indústria, como vimos, não se deve simplesmente à crise do valor, mas a um ambiente macroeconômico hostil à indústria forçado pelo imperialismo, pela necessidade dos monopólios de criar capital fictício se utilizando das economias dos países periféricos para isso.

Aqui chegamos ao ponto em que é possível afirmar o seguinte: o aumento da produção manufatureira per capita brasileira, a geração de empregos industriais de alta qualificação, o desenvolvimento tecnológico nacional, a agregação de valor à pauta de exportações, tudo isso se choca com os planos gerais do imperialismo

mundial. Na medida em que o espaço econômico brasileiro seja soberano, protegido e industrializado, isso apresenta uma profunda resistência à ação econômica do imperialismo, como retratado na figura 1.

5 – CONCLUSÃO: A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL É UMA LUTA ANTICAPITALISTA E ANTI-IMPERIALISTA

Como pudemos expor brevemente neste trabalho, há aproximadamente 50 anos o capitalismo se encontra em uma crise muito profunda, que não pode ser superada dentro das relações de produção capitalistas, e que portanto depende da criação de subterfúgios para evitar o colapso da economia mundial. Vimos que a América Latina sofreu uma considerável perda econômica nesse período, perdendo grande parte do seu parque industrial, tornando-se refém do endividamento internacional e vivendo uma estagnação da riqueza per capita. Vimos também que o Brasil foi o país mais duramente afetado pela desindustrialização precoce no continente, apresentando graves perdas nos indicadores econômicos relevantes, e o resultado do processo foi uma profunda deterioração social, com a estagnação da renda do brasileiro, desemprego e restrição do trabalho a empregos de baixa produtividade. Demonstramos que as medidas macroeconômicas para responder à crise da dívida latino-americana foram as formas imediatas com as quais se produziu a desindustrialização. Porém, a verdadeira causa desse processo de mudança econômica foi a crise do valor em escala global, que exigiu da parte dos monopólios uma política de crise para evitar o colapso do capitalismo. Para isso, a economia dos países periféricos passou a ser utilizada para a criação de capital portador de juros, sustentando dessa forma a sobrevivência dos monopólios imperialistas. Nesse contexto, a industrialização nos países latino-americanos, em especial o Brasil, se encontra obstaculizada pelas necessidades econômicas dos monopólios. Apresentaremos adiante nossas últimas considerações e conclusões sobre o tema em tela.

5.1 - A América Latina e as necessidades econômicas do imperialismo norte-americano

A um observador atento da política internacional contemporânea, seria razoável afirmar a crise do imperialismo, com o enfraquecimento econômico, político e inclusive militar⁵ dos Estados Unidos e dos países europeus. Porém, o núcleo central do imperialismo são as frações capitalistas mais poderosas, e ninguém poderia em sã consciência afirmar que os banqueiros e financistas de toda sorte estão perdendo seu poder sobre o mundo, muito antes pelo contrário. Para entendermos as formas concretas dessa dominação do imperialismo sobre a América latina, vejamos brevemente como se dão as relações políticas e econômicas entre os estados Estados Unidos e o subcontinente.

A América Latina sempre esteve sujeita a diretrizes políticas e econômicas alienígenas, daí sua condição de periferia do sistema econômico mundial. O desenvolvimento do capitalismo na Europa teve como principal sustentáculo econômico o sistema de exploração colonial estabelecido na bacia do Atlântico. O desenvolvimento dos países americanos esteve subordinado, então, às necessidades metropolitanas. A partir da independência nacional dos países americanos, iniciada em 1776 com a revolução nos Estados Unidos, e estendida na primeira metade do século XIX à América Latina, as formas dessa dominação foram modificadas pelo desenvolvimento do capitalismo nas Américas. Enquanto o regime fundiário dos Estados Unidos permitiu um pleno desenvolvimento capitalista, o latifúndio impediu parcialmente esse desenvolvimento capitalista em países como o Brasil. (LENIN, 1980) A desigualdade de condições para o desenvolvimento do capitalismo gerou uma profunda diferenciação econômica e política entre os Estados Unidos e a América Latina.

Desde os tempos de James Monroe e Thomas Jefferson, na virada do século XVIII para o XIX, os Estados Unidos da América, principal potência das Américas, elaboram a doutrina do “hemisfério americano”. Muito antes da crise do imperialismo britânico e da Segunda Guerra Mundial, quando em meados do século XX tornam-se a liderança do regime imperialista mundial, os Estados Unidos engajaram-se em dezenas de intervenções militares em todo o continente americano, em especial no

5 Sobre essa questão são muito instrutivos os trabalhos do pesquisador russo Andrei Martyanov, em especial *The (real) revolution in military affairs*.

Caribe e América Central, mas também na América do Sul. É sob essa luz que devem ser interpretadas as ações dos Estados Unidos sobre a América Latina. Antes de ser apenas mais um território ocupado, a América Latina é uma zona especial para os Estados Unidos, o que é popularmente expresso com a expressão “quintal dos Estados Unidos”.

A função das economias periféricas no capitalismo sempre foi de oferecer um suporte às economias centrais, seja através da espoliação, seja através de mercados consumidores e zonas para a alocação de capital excedente. A industrialização dos países latino-americanos foi um empreendimento intimamente ligado ao imperialismo, em grande parte uma “transplantação econômica”, ao invés de um processo orgânico de desenvolvimento das forças produtivas. Por um lado, a exportação de capitais foi uma das formas de aliviar a crise de sobre-acumulação nos países centrais e expandir o mercado mundial. Por outro lado, a dívida externa, tomada justamente dos credores imperialistas, foi o principal mecanismo utilizado pelos governos ditatoriais da América Latina entre as décadas de 1960 e 1980 para promover um determinado nível de industrialização. Dessa forma, a industrialização nos países latino-americanos, em especial Brasil, Argentina e México, foi um processo conjugado com interesses do imperialismo, sobretudo o norte-americano.

Quando da crise econômica mundial em meados da década de 1970, o limite da política de expansão da produção industrial como mecanismo de acumulação capitalista exigiu uma nova política econômica, justamente para evitar a derrocada dos monopólios. Entra em cena a política de financeirização mundial, que vimos mais detidamente no capítulo anterior. A América Latina, por ser a zona econômica privilegiada para exploração pelo imperialismo norte-americano, é a região do mundo que mais vai sentir os efeitos nefastos da financeirização da economia. A desindustrialização, em especial no Brasil, é a demonstração de como o domínio imperialista é capaz de inviabilizar o desenvolvimento econômico de um país, lançando milhões de seres humanos em uma situação perversa, para resolver os problemas da classe capitalista.

Por conta dessa situação geográfica especial, a América Latina é justamente a região do mundo que sofre de forma mais avassaladora o processo de desindustrialização. O imperialismo se aproveita da América Latina para resolver seus problemas econômicos, gerando imensas crises sociais, o que, no caso da

industrialização, se torna especialmente grave quando se leva em conta a urbanização da região. Segundo dados da CEPAL⁶, a América Latina é a região mais urbanizada do mundo entre as regiões atrasadas, com 76% de sua população vivendo em cidades. Para efeito de comparação, na África 38% da população vive em cidades. Por esse motivo, uma economia baseada em atividades primárias e em serviços de baixa especialização condena as populações a condições de vida de grande privação econômica, social e cultural.

5.2 – O custo social da desindustrialização

A indústria de transformação é uma atividade econômica que induz uma série de atividades inter e intra-setoriais. Uma indústria, além dos empregos operários e administrativos, gera uma demanda por mercadorias e serviços, que por sua vez gera muitos outros empregos e serviços. O desenvolvimento de cadeias produtivas é, desta forma, uma coluna de sustentação de um regime social capaz de satisfazer as necessidades sociais mais elementares, na medida em que a produção de riqueza dentro de um determinado país permite a elevação dos salários, o investimento em serviços públicos, e a produção de bens de consumo. A indústria também eleva o nível técnico de uma sociedade, favorecendo sobremaneira o desenvolvimento das forças produtivas, resultando no aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, no aumento da riqueza social.

Na medida em que a desindustrialização avança, os empregos que envolvem uma produção significativa de riqueza minguam, e os empregos restantes tornam-se cada vez mais precários. Aos que não têm a sorte de ser incorporados a esse mercado de trabalho “anêmico”, resta o desemprego. Desta forma, as cidades se transformam em territórios onde uma economia de serviços de baixo conteúdo técnico se impõe, e a pobreza e tensão social aumentam. Na falta de uma base econômica real da riqueza social, no melhor dos casos, há mitigações da crise social através de auxílios governamentais, que flutuam em decorrência das crises políticas e econômicas. Porém, nem mesmo nessas condições a população se encontra livre do flagelo da fome e da subnutrição, uma vez que atualmente 19 milhões de

6 Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da **CEPAL**, com base em Nações Unidas, “Perspectivas de urbanização mundial: Revisão 2010” e “Perspectivas de urbanização mundial: Revisão 2007”, disponível em: <https://esa.un.org/unup>

brasileiros passam fome, e 116 milhões de brasileiros sofrem em algum grau de insuficiência alimentar⁷. A população em situação de rua também atinge níveis inéditos no país. De setembro de 2012 a março de 2020, a população estimada em situação de rua cresceu 140%, atingindo a cifra de 221.869 pessoas. (NATALINO, 2020) Note-se que esses dados são anteriores à pandemia do coronavírus, que bem pode ter agravado significativamente essa situação. O desemprego absoluto (que não considera os subempregados e desalentados) também atinge hoje, segundo dados do IBGE⁸, 14,7% da força de trabalho, algo em torno de 14,8 milhões de trabalhadores. A realidade desse número é muito maior, uma vez que há um grande desemprego oculto na categoria de pessoas “fora da força de trabalho”, como estudantes e donas de casa.

A desindustrialização determina, também, os padrões do mercado consumidor nacional. A dependência da importação de bens de consumo impõe uma barreira cambial de acesso do mercado interno a uma série de produtos. A importação dos bens de consumo, pela ausência de uma indústria nacional, torna toda a sociedade refém das oscilações da moeda que, por funcionar no regime de câmbio flutuante, possibilita que a própria moeda seja objeto de especulação no mercado financeiro. Em momentos de crise econômica internacional e moeda desvalorizada, o acesso a determinados gêneros de bens de consumo importados se restringe a uma minoria da população. A maior parte da sociedade fica, portanto, privada dos instrumentos para a realização das atividades as mais diversas, por conta da ausência de alternativas nacionais para o suprimento das necessidades humanas.

Toda a crise social provocada pela incapacidade das economias nacionais em prover as necessidades sociais provoca profundos desequilíbrios políticos na América Latina. A história da região é uma história de golpes de estado, sempre impulsionados e orquestrados pelos interesses dos monopólios imperialistas, que buscam através de manipulações políticas impor seus interesses econômicos em detrimento dos interesses das populações afetadas. O agravamento da crise econômica das últimas décadas provocou grandes revoltas sociais no subcontinente, produzindo um contexto de grande volatilidade política. Os golpes de estado voltaram a acontecer em um grande número de países, e não há hoje um

7 VIGISSAN – Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil, Rede Pennsan, 2021.

8 IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua – 1º trimestre de 2021.

país latino-americano onde não se veja um duro enfrentamento entre as massas de trabalhadores e regimes políticos dominados pelo interesse econômico do imperialismo, em especial os interesses do mercado financeiro, envolvendo a criação do capital fictício. Se considerarmos que a luta de classes em escala internacional se dá entre os países centrais e os periféricos, e que o objeto dessa luta é a divisão internacional do trabalho, podemos considerar que a desindustrialização dos países latino-americanos resulta em um grande aprofundamento da luta de classes.

5.3 – A luta pelo desenvolvimento econômico

Buscando apontar uma solução para o problema da desindustrialização, Wilson Cano escreve o seguinte:

Seria possível, hoje, reverter esse quadro de desindustrialização no Brasil? Para isso, a formulação de uma nova política industrial, apesar de necessária, não seria suficiente. A “meu” juízo e de alguns economistas, nenhuma política específica (setorial, regional, industrial, agrícola, de comércio exterior ou outra) será bem-sucedida se a política macroeconômica não lhe der a necessária sustentação política e econômica, ou seja, a política macroeconômica tem de ser consentânea com a política industrial. De outro modo, com a taxa de juros em vigor, a atual política cambial, o nível de abertura da economia e com o não controle da conta de capital do balanço de pagamentos, não há política industrial que possa reverter o quadro acima analisado. (CANO, 2012, p.17 [847])

Essa conclusão a que chega Cano é muito esclarecedora. Como ficou demonstrado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o fato de haver uma política industrial não implicou em uma industrialização, antes o contrário. A partir de 2009, inicia-se uma “segunda onda” de desindustrialização (MORCEIRO, 2018), mesmo com um grande esforço no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) para reverter esse processo. O que fica patente é que sem um enfrentamento decisivo contra o imperialismo, não há condições de alterar a estrutura macroeconômica imposta aos países latino-americanos, em especial ao Brasil, após o período da crise das dívidas. A transformação dos países periféricos de plataformas para a criação de capital portador de juros em verdadeiras economias

nacionais com um grande grau de autonomia não pode ocorrer, logicamente, sob a égide da dominação capitalista.

A indústria é uma necessidade social da qual os países da América Latina estão em grande medida privados por conta do grande ataque que o imperialismo realiza às condições de vida das populações do subcontinente. A necessidade de criação de capital portador de juros para deter a bancarrota dos monopólios imperialistas impele os grandes poderes do mundo a realizar golpes e intervenções nos países periféricos para impor regimes econômicos que não respondem às necessidades sociais, mas sim às necessidades do capitalismo tardio. Para suprir as necessidades humanas de nossa época, a indústria é um setor econômico fundamental. Não pode haver um país rico, que progrida, sem que haja o motor da indústria impulsionando esse processo. No entanto, as necessidades do capitalismo, em primeiro lugar, o lucro e a própria acumulação capitalista, não permitem que as necessidades sociais sejam satisfeitas. O mundo sob o capitalismo é o reino da privação, da destruição, da pobreza, da decadência, da fome, ainda que no bojo do processo histórico de desenvolvimento capitalista encontrem-se as forças que irão destruí-lo.

Se os países latino-americanos querem se industrializar, e cremos aqui que isso não é apenas um desejo, como sobretudo uma necessidade, é necessária uma dura luta contra os monopólios imperialistas, que em sua ação ostensiva em busca de soluções para seus graves problemas econômicos lança, no mundo todo, bilhões de seres humanos, meia humanidade, a condições terríveis de existência, sem perspectiva alguma. Como a história prova, não é possível derrotar o imperialismo com medidas de tipo “governamental”. É necessário um enfrentamento dos trabalhadores contra o estado capitalista, única forma de superar essa dominação de forma concreta. Se teremos indústrias, será pelas mãos dos trabalhadores!

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A armadilha da liberalização: Por que a América Latina parou nos anos 1980, enquanto o Leste da Ásia continuou a crescer? In: Revista de economia política, vol.40, no.2, abr./jun. 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/fHtqFgwvHwWMpvCphg63XHj/?lang=pt>, Acessado em 16/06/2021

_____. O décimo-primeiro plano de estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. Combate à inflação e reforma fiscal. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. In: Economia e sociedade, vol. 21, no. especial, Campinas, dez. 2012. Disponível eletronicamente em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/?lang=pt>, Acessado em 16/06/2021

CHESNAIS, François. Finance capital today – Corporations and banks in the lasting global slump. Boston, Brill, 2016

DREIFUSS, René Armand. A internacional capitalista – estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987

FAJNZYLBER, Fernando. La industrialización trunca de America Latina. Cidade do México, Nueva Imagen, 1983

GAULARD, Mylène. La désindustrialisation Brésilienne: Une lecture marxiste. In: Problemas del desarrollo, vol.41, no.161, Cidade do México, abr./jun. 2010. Disponível eletronicamente em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362010000200004&lang=pt, Acessado em 16/06/2021

_____. The Brazilian deindustrialization: financialization is not guilty. In: Revista de economia política, vol.35, no.2, abr./jun. 2015. Disponível eletronicamente em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/p8KFm89dbvcGtWYxbtLvBXc/?lang=en>, Acessado em 16/06/2021

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. In: Revista de economia política, vol.37, no.1, jan./mar. 2017. Disponível eletronicamente em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xn7cpQfVSGCZSxdDpbn5zTc/?lang=pt>, Acessado em 16/06/2021

KOVAL, Boris. História do proletariado brasileiro – 1857 a 1967. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982

KURZ, Robert. O colapso da modernização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993

LENIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: Obras escolhidas, Tomo I. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982

_____. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Brasil Debates, 1980

LUXEMBURG, Rosa. The accumulation of capital. Londres, Routledge, 2003

MARX, Karl. O capital – crítica da economia política – livro III. São Paulo, Boitempo, 2017

_____. Prefácio à “contribuição à crítica da economia política”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Ômega, 1983

MORCEIRO, Paulo César. A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018

NATALINO, Marco. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília, IPEA, Diretoria de estudos e políticas sociais, 2020

NASSIF, André; MORANDI, Lucilene; ARAÚJO, Eliane; FEIJÓ, Carmem. Structural change and productivity growth in Brazil: where do we stand? In: Brazilian Journal of Political Economy, vol.40, no.2, abr./jun. 2020. Disponível eletronicamente em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/bdcXKRCLxyR54pRRkQsXjNs/?lang=en>, Acessado em 18/06/2021

NASSIF, André; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; FEIJÓ, Carmem. The case for reindustrialisation in developing countries: towards the connection between the macroeconomic regime and the industrial policy in Brazil. In: Cambridge Journal of Economics, vol.42, no.2, pp. 355-381, 2017

PLEKHANOV, Gueorgui. Ensaio sobre o desenvolvimento da concepção monista da história. In: Obras escolhidas. Moscou, Progresso, 1987 (a)

_____. A propósito do papel do indivíduo na história. In: Obras escolhidas. Moscou, Progresso, 1987 (b)

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Deindustrialization: causes and implications. International Monetary Fund, Staff Studies for the Economic Outlook, dez. 1997

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo, Edusp, 2012